extinção, destinado aos servidores que ingressaram até 11 de janeiro de 2002 denominado Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará - FINANPREV e ii) um regime capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após 11 de janeiro de 2002 denominado Fundo Previdenciário do Estado do Pará -FUNPREV.

As taxas de contribuições mensais apresentam as seguintes alíquotas definidas na legislação vigente:

FINANPREV

11,00% para os servidores e pensionistas;

18,00% a título de contribuição normal para o Tesouro Estadual.

FUNPREV

11,00% para os servidores e pensionistas;

11,00% a título de contribuição normal para o Tesouro Estadual.

As regras de elegibilidade para fruição dos benefícios atende a Emenda Constitucional nº 41/03, que faculta aos servidores sujeitos às regras de transição opções de escolha no momento da aposentadoria. Até que se tenha experiência do comportamento dos servidores, optou-se por adotar nos cálculos a hipótese em que todos optam por receber o benefício integral, permanecendo mais tempo em atividade.

Os valores projetados tomaram como base os seguintes dados abaixo relacionados:

EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES ATIVOS

Base (dez/2005)	Quantidade	Folha salarial
Servidores ativos TOTAL	70.249	R\$ 127.133.475,79
Servidores ativos FINANPREV	52.691	R\$ 96.337.752,39
Servidores ativos FUNPREV	17.558	R\$ 30.795.723,40

Em relação aos servidores inativos

Base (dez/2006)	Quantidade	Folha salarial
Servidores inativos TOTAL	29.016	R\$ 64.386.918,88
Servidores inativos FINANPREV	29.010	R\$ 64.369.357,96
Servidores inativos FUNPREV	6	R\$ 17.560,92

Em relação aos pensionistas

Base (dez/2006)	Quantidade	Folha salarial
Pensionistas TOTAL	8.115	R\$ 14.036.682,47
Pensionistas FINANPREV	8.066	R\$ 14.001.609,83
Pensionistas FUNPREV	49	R\$ 35.072,64

As premissas utilizadas foram as seguintes:

Para os servidores abrangidos pelo FINANPREV, o regime financeiro é o de Repartição Simples.

Para os servidores abrangidos pelo FUNPREV, o regime financeiro é o de Capitalização.

Taxa de Juros: usou-se a taxa de 6,00% a.a. e sua equivalente mensal.

Crescimento Salarial: a taxa de crescimento salarial adotada não inferior a 1% a.a.

Rotatividade: não foi considerada.

Tempo de Financiamento do Custo Especial: 35 anos. Inicio de Contribuição à Previdência Social: 18 anos.

Diferença de Idade entre Servidor e Cônjuge: Homem 04 anos

mais velho que a Mulher

Salário Mínimo Federal: R\$ 380,00.

Teto do RGPS: R\$ 2.894,27.

Benefício de Referência de COMPREV: R\$ 545,28. As seguintes tábuas biométricas foram utilizadas:

Mortalidade geral: AT - 49 male; Sobrevivência: AT - 49 male:

Mortalidade de inválidos: Álvaro vindas; e

Entrada em invalidez: Álvaro vindas:

Por fim, cabe salientar que as receitas e despesas previdenciárias projetadas indicam déficits anuais que deverão ser cobertos por aportes adicionais oriundo do Tesouro Estadual e que os resultados desta Projeção Atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

RENÚNCIA FISCAL ESTIMADA LRF, ART 4°, § 2°, INCISO V

R\$ milhares

BRIEFICIÁRIO CONTRIBUIÇÃO 2009 2019 2011 COMPRICIONAÇÃO 2009 2011	SETOR/PROGRAMA/	TRIBUTO/						
a) COMPÉTICO COMPAZ COMPETICO DIACOUSTRA MUNICIPAL MUNICIP			2007	2008	2009	2010	2011	COMPENSAÇÃO
COMBECID ATACADISTR WARE ISTA DE May 1								
ALMENTOS PRESTADORA	,							
ENCINDIA Description Solve ENCINDIA Description Selection Description Selection Description Selection Description Selection Description Selection Description Selection Description Descriptio	E VAREJISTA DE		10 706 25	54 057 71	61 //21 72	60 272 51	75 026 22	
ESENTICOS TRANPORTES Operações headrors à 1.016,20 1.144,75 1.279,60 1.424,20 1.579,43 de Percadorias e sobre Prestações de 19.267,96 21,705,36 24.262,25 27.003,88 29.947,31 bs recursos renunciados entrerestadual e Intermunicipal de Percadorias e e 0 Commincação (CIVIS). 6.57 7.40 8.27 9.21 10.21 1. Elevação da renda intermunicipal de Percadorias e e 0 Commincação (CIVIS). 6.57 7.40 8.27 9.21 10.21 1. Elevação da renda intermunicipal de Percadorias e e 0 Commincação (CIVIS). 6.57 7.40 8.27 9.21 10.21 1. Elevação da renda interma econsejulente correctioned to da renda de interma econsejulente correctioned to de recadorias e servicas de Civilidado de Mercadorias e servicas de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Commincação (CIVIS). 38,929,93 44,826,76 50,107,35 55,769,49 61,848,36 pro c e d im en to so de Ticandorias e Intermunicipal e de Commincação (CIVIS). 38,928,84 44,600,00 4,650,00 5,175,51 5,729,64 e1,648,36 pro c e d im en to so de Ticandoria e Intermunicipal e de Commincação (CIVIS). 38,928,84 41,600,00 4,650,00 5,175,51 5,729,64 e1,649,37 4,747,74 7,748 7,749 7,7	ALIMENTOS	Immedia ashus	40.700,23	34.737,/1	01,431,/3	00.3/3,31	73.020,23	
ESEC Circulación Considerado Conside								
DORGÁOS PÚBLICOS de Heradorias e Servigos de Servigos de Servigos de Friesporte Interestadual e Intermunicipal 126.341,10 142.323,25 159.088,93 177.065,98 196.366,10pr of diversos fetores, festacando-se: lestacando-se:			1.016,20	1.144,75	1.279,60	1.424,20	1.579,43	
19.66/98 27.70,36 24.66/25 27.003,88 29.94/31 29.07 20.005								
ECITATIVISMO interestablale interestablale interestablale interminicipal de l'arisporte interminicipal de de Commincação (10MS). FILANTROPIA 192,80 217,19 242,77 270,21 299,66 reformanção (10MS). SIDE TOTAL 195,610,88 220.355,66 246.313,55 274.146,88 304.029,01 arrecadação intributária de Islando SES dorigo Perações Relativas à Circulação de Prestações de Sortivo Perações Relativas à Circulação de Prestações de Interminicipal interestabila e interminicipal interminicipal interestabila e interminical interestab	.ORGÃOS PÚBLICOS		19.267.96	21.705.36	24.262.25	27.003.88	29.947.31	
Interestadual Interestadua		Serviços do Transporto						
Internuncicipal 126.341,10 42.325,23 39.0869,3 17.005,96 96.3661,70 170 10								
AGROINDÚSTRIA E de Comunicação 192,80 217,19 242,77 270,21 295,66 crescimento da direma e conseqüente rescuento da arrecadação tributária e conseqüente rescuento da de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interrestadal e Intermunicipal PRESCADO 1,000,000 3,262,86 4,160,00 4,650,05 5,175,51 5,739,64 2,711,79 2,721,79 2,	MINERAL	Intermunicipal	126.341,10	142.323,25	159.088,93	177.065,98	196.366,17	por diversos fatores,
FILANTROPIA 192,80 217,19 242,77 270,21 295,66 290,00 217,14 217,14 217,1	.AGROINDÚSTRIA							
192,80		(ICMS).	6,5/	/,40	8,2/	9,21	- '	
SUB - TOTAL 195.610.88 220.355.66 246.313.55 274.146.98 304.029.01 30	.FILANTROPIA		192,80	217.19	242.77	270.21	299.66	
19.51U/SB (20.335,89) 448.36,76 50.107,35 55.769,49 61.848,36 61.621a;2a36 earceadação.	SUR - TOTAL	_	T '					
AGROINDÚSTRIA Direction	1		195.610,88	220.355,66	246.313,55	274.146,98	304.029,01	
AGROINDÚSTRIA Circulação	,							2 - Melhoria dos
Circulação de Mercadorias e Sorte Prestações de Serviços SUB - TOTAL PESCADO CICMS). 273,651,49 308.268.40 344.582.42 383.520.23 425.323.94 Lei nº 6.089 de Z4.11.97, visa promover o incentivo a Cultura Cicms porte Interestadual e Intermunicipal Cicms porte Operações Relativas à Circulação Cicms porte Operações de Serviços Cicms porte Operações Relativas à Circulação Cicms porte Operações (Cicms porte Operações Relativas à Circulação Cicms porte Operações (Cicms porte Operações (Cicms porte) Cicms porte Operações (Cicms porte Operações (Cicms porte) Cicms porte (Cicms porte) Cicms porte (Cicms porte) Cicms porte)	,							
Industrial Ender	AGROINDUSTRIA		39.792,95	44.826,76	50.107,35	55.769,49	61.848,36	
INDÚSTRIA EM GERAL Sobre Prestações de Serviços 212.248,49 239.097,32 267.263,66 297.464,45 329.888,08 297.464,45 329.888,08 297.464,45 329.888,08 297.464,45 329.888,08 297.464,45 329.888,08 297.464,45 329.888,08 297.464,45 297.464,45 297.887,87 20.183,72 22.561,36 25.110,79 27.847,87 27.847					,			arrecadação.
PECUÁRIA	.INDÚSTRIA EM GERAL		212 240 40	220 007 02	207 202 00	207 464 45	220 000 00	
PECUÁRIA			212,248,49	239.097,92	207.203,00	297.404,43	329.000,00	
Intermunicipal 17.917,19 20.183,72 22.51,36 25.110,79 27.847,87	DECLIÁDIA							
PESCADO	PECUARIA		17.917,19	20.183,72	22.561,36	25.110,79	27.847,87	
Company Comp	DESCADO							
Imposto sobre Operações Relativas à Orculação Ci LEI SEMEAR - Incentivo à Cultura Ci LEI SEMEAR - Incentivo à Ci LEI SEMEAR - Incent	.FLJCADU	(ICMS).	3.692,86	4.160,00	4.650,05	5.175,51	5.739,64	
Imposto sobre Cruciação de Prestações de Serviços Contentivo à Cultura Cruciação de Prestações de Serviços Contentivo à Cultura Cruciação de Prestações de Serviços Contentivo à Cultura Contenti Contenti Contenti Contenti Content	SUB - TOTAL	-	273 651 40	308 368 40	3/// 582 //2	383 230 33	132 333 01	
Circulação c) LEI SEMEAR - Incentivo à Cultura c) LEI SEMEAR - Interestadual e Intermunicipal c) LEI SEMEAR - Interestadual e Intermunicipal c) LEI SEMEAR - Interestadual e LINE - Interestadual e LI		. Imposto sobre	2/3/031/13	300,200,70	344,302,42	3031320123	TEJIJEJJT	
c) LEI SEMEAR - Incentivo á Cultura de Mercadorias e Servicos de Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). d) Taxistas de Comunicação (ICMS). Jimposto sobre a Propriedade de Neículos Automotores (IPVA) a limposto sobre a Propriedade de Neículos Automotores (IPVA) Jimposto sobre a Servicos Automotores (IPVA) Jimposto sobre a Servicos Automotores (IPVA) Jimposto sobre a Servicos Automotores (IPVA) Jimposto sobre Automotores (IPVA)								Lei nº 6.089 de
c) LEL SMEAR - Incentivo á Cultura sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). a) Propriedade de Neículos Automotores (IPVA) e) Beneficiários que possuem um só imóvel a) Imposto sobre Irransmissão "Causa possuem um só imóvel a) Imposto sobre Irransmissão "Causa possuem um só imóvel a) Imposto sobre Irransmissão "Causa possuem um só imóvel a) Imposto sobre Irransmissão "Causa possuem um só imóvel a) Imposto sobre Irransmissão "Causa possuem um só imóvel a) Imposto sobre Irransmissão "Causa possuem um só imóvel a) Imposto sobre Irransmissão "Causa possuem um só imóvel a) Imposto sobre Irransmissão "Causa possuem um só imóvel a) Imposto sobre Propriedade de veiculos automotores (IPVA) b) Decreto nº 473 de 01/10/07, objetiva também educação no trânsito c) Decreto nº 83 de 23.03.07-aprovado pelo Dec. 4.676 e que reduze mi 15% automotores de 101 à 150 quilowatts hora mensais, consumidor de bx. renda.								
Incentivo a Cultura Serviços 2.904,00 3.21,36 3.656,72 4.099,93 4.13,53 à pequipas, de seuxo, de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) Imposto sobre (IPVA) Imposto sobre Popriedade de Veículos Automotores (IPVA) Imposto sobre 15 anos. 2.732,82 3.078,52 3.441,17 3.830,02 4.247,50 5 anosquê, de sum prego e renda e o combate de Veículos Automotores (IPVA) Imposto sobre Propriedade (IPVA								3
de Transporte Interrestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) Imposto sobre (IPVA) Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação (ITCD) Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação (ITCD) Imposto sobre Propriedade de Veículos automotores (IPVA) Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação (ITCD) Imposto sobre Propriedade de Veículos automotores (IPVA) Imposto sobre Propriedade de Veículos AUTOR (IPVA) Imposto sobre Propriedade (IPVA)	Incentivo á Cultura		2.904,00	3.271,36	3.656,72	4.069,93	4.513,55	
Interestadual e Intermunicipal e e de Comunicação (ICMS). Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) Imposto sobre e) Beneficiários que possuem um só imóvel f) Concessão de Propriedade de Propriedad		de Transporte						
e de Comunicação (LCMS). Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (LPVA) Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (LPVA) Imposto sobre Imposto sobre Imposto sobre Propriedade de Veículos automotores (LPVA) Imposto sobre Imposto sobre Propriedade de Veículos automotores (LPVA) Imposto sobre Propriedade de Veículos AUTODO (LPVA) Imposto sobre Propriedade (LPV								artísticos-culturais
(ICMS). Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) Imposto sobre (IPVA) Imp								
d) Taxistas Imposto sobre a Propriedade de Neículos Automotores (IPVA) Imposto sobre a Propriedade de Neículos Automotores (IPVA) Imposto sobre e) Beneficiários que possuem um só imóvel Transmissão "Causa Mortis" e Doação (ITCD) Imposto sobre Propriedade de Propriedade de Propriedade de Neículos automotores (IPVA) Imposto sobre Propriedade (IPVA) Imposto sobre Propriedade (IPVA) Imposto sobre Propriedade (IPVA)								
. Imposto sobre a Propriedade de Neículos Automotores (IPVA) . Imposto sobre e Peneficiários que possuem um só imóvel f) Concessão de Propriedade de Neículos automotores (IPVA) . Imposto sobre propriedade de Propriedade de Neículos automotores (IPVA) . Imposto sobre propriedade de Neículos automotores (IPVA) . Decreto nº 473 de 01/10/07.objetiva também educação no trânsito (IPVA) . Decreto nº 83 de 23.03.07-aprovado pelo Dec. 4.676 e que renda de compumo de 101 à 150 quilowatts hora mensais, consumidor de bx. renda.		(ICMS).						
d) Taxistas Imposto soure a Propriedade de Veiculos Automotores (IPVA) 2.732,82 3.078,52 3.441,17 3.830,02 4.247,50 e renda e o combate à sonegação fiscal. Elevação da vida útil tributável de 10 para 15 anos. Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação (ITCD) 22,18 24,99 27,93 31,09 34,47 7 7 7 7 7 7 7 7 7								
d) Taxistas Propriedade de Neículos Automotores (1PVA) 2.732,82 3.078,52 3.441,17 3.830,02 4.247,50 á sonegação fiscal. Elevação da vida útil tributável de 10 para 15 anos. e) Beneficiários que possuem um só imóvel Imposto sobre propriedade de Neículos automotores (1TCD) 2.18 24,99 27,93 31,09 34,47 7 7 7 7 7 7 7 7 7								
e) Beneficiários que possuem um só imóvel Morts' e Doação (TTCD) 1. Imposto sobre propriedade de possuem um só imóvel Morts' e Doação (TTCD) 2. Imposto sobre propriedade de peneficios do IPVA 2. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) 3. ICMS 2. 2. 18 24,99 27,93 31,09 34,47 20 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	d) Taxistas		רו רוד ר	2 070 52	2 441 17	2 020 02	4 247 50	/ ~ ~ .
e) Beneficiários que possuem um só imóvel I. Imposto sobre Transmissão "Causa possuem um só imóvel Transmissão "Causa Mortis" e Doação 22,18 24,99 27,93 31,09 34,47 do individuo á propriedade (ITCD) . Imposto sobre Propriedade de veiculos automotores (IPVA) 11.392,26 12.734,27 14.173,24 15.718,12 15.			2./32,82	3.0/8,32	3.441,1/	3.830,02	4.247,30	Lievação da vida util
e) Beneficiários que possuem um só imóvel Transmissão "Causa Mortis" e Doação (TICD) Imposto sobre Propriedade de peneficios do IPVA Imposto sobre Propriedade de veiculos automotores (IPVA) Benergia Elétrica Pesidencia I- Baixa renda ICMS 28.000,00 31.542,00 35.257,65 39.241,76 43.519,11 44.519,11 150 quilowatts hora mensais, consumidor de bx. renda.		(2.07.)						
e) Beneficiários que possuem um só imóvel (TCD) Imposto sobre (TDC) (TDC) Imposto sobre Propriedade de veiculos automotores (TPVA) (TPVA) Imposto sobre Propriedade de veiculos automotores (TPVA) (TPVA) Imposto sobre Propriedade de veiculos automotores (TPVA) Imposto sobre Propriedade de Veiculos a								15 anos.
possuem um só imóvel Mortis" e Doação (TTCD.) Imposto sobre P. Imposto so	a) Rapoficiários que							Garantia social
(ITCD) Imposto sobre Propriedade de beneficios do IPVA vicinis automotores (IPVA) Imposto sobre Propriedade de veiculos automotores (IPVA) Indicator			22 18	24 90	27 03	31 00	34 47	
roman GRPAL Imposto sobre Propriedade de veículos automotores (1PVA) Infosto sobre Propriedade de veículos automotores (1PVA) Infosto Servicios do IPVA Infosto Servicios de Infosto Servicios de Unifosto Servicios de Unifosta Servicios de Unifosto Servicios de Unifosta Servicios de Unifosto Servicio	possuciii uiii so iiiiovci		22,10	24,55	27,53	31,03	JTJTI	propriedade
f) Concessão de beneficios do IPVA Propriedade de veiculos automotores (IPVA) 11.392,26 12.734,27 14.173,24 15.718,12 também educação no trânsito . Decreto nº 83 de 23.03.07-aprovado pelo Dec. 4.676 e que reduc em 15% a faixa residencia I- Baixa renda 1.ICMS 28.000,00 31.542,00 35.257,65 39.241,76 43.519,11 150 quilowatts hora mensais, consumidor de bx. renda.		, ,						Decreto nº 473
28.000,00 21.392,26 12.734,27 14.173,24 15.718,12 15.7	f) Concessão de	Propriedade de						
g) Energia Elétrica residencia I- Baixa renda . ICMS 28.000,00 31.542,00 35.257,65 39.241,76 43.519,11 de consumo de 101 à 150 quilowatts hora mensais, consumidor de bx. renda.	benefícios do IPVA			11.392,26	12.734,27	14.173,24	15.718,12	
g) Energia Elétrica residencia I- Baixa renda . ICMS 28.000,00 31.542,00 35.257,65 39.241,76 43.519,11 de consumo de 101 à 150 quilowatts hora mensais, consumidor de bx. renda.		(IPVA)						
g) Energia Elétrica residencia I- Baixa renda . ICMS 28.000,00 31.542,00 35.257,65 39.241,76 43.519,11 150 quilowatts hora mensais, consumidor de bx. renda.								
g) Energia Elétrica residencia I- Baixa renda . ICMS 28.000,00 31.542,00 35.257,65 39.241,76 43.519,11 reduz em 15% a faixa de consumo de 101 à 150 quillowatts hora mensais, consumidor de bx. renda.								
Sesidencia Baixa renda SUMS 28.000,00 31.542,00 35.257,65 39.241,76 43.519,11 de consumo de 101 à 150 quilowatts hora mensais, consumidor de bx. renda.	n) Energia Elétrica							
150 quilowatts hora mensais, consumidor de bx. renda.	residencia I- Baixa renda	. ICMS	28.000,00	31.542,00	35.257,65	39.241,76	43.519,11	
de bx. renda.			'					
TOTAL GERAL								
502.921,37 577.933,18 646.013,71 719.013,26 797.385,71	TOTAL CEDA:							ue ux. renda.
	IUIAL GERAL	-	502.921,37	577.933,18	646.013,71	719.013,26	797.385,71	

FONTE:SEFA/SEPOF

- . EMPRESAS BENEFICIADAS PELA POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS DO ESTADO DO PARÁ,CUJOS OS DECRETOS PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.
- 96 EMPRESAS BENEFICIADAS, VIA A LEI DE INCENTIVOS FISCAIS,CUJOS BENEFÍCIOS EM SUA **MAIORIA RETROATIVOS A JANEIRO DE 2007.**
- . Projeção 2008 a 2011 baseada em indicadores SEPOF de IGP-DI e PIB Estadual.
- . Encaminhado á SEPOF, em 28.04.08

No sistema federativo, uma das principais funções de cada ente federado é a criação de condições favoráveis para o alcance de maiores níveis de desenvolvimento econômico e social.

Assim, o sistema tributário brasileiro permite que esses entes promovam dentro de sua competência e de seus limites geográficos, desonerações tributárias, através de isenções, anistia, redução e remissão de tributos, que internamente visem, promover a equalização das rendas entre as regiões e/ ou incentivar ou proteger determinados setores da economia

Entretanto, tais desonerações tributárias não devem por em risco o equilíbrio das finanças públicas, tendo assim a necessidade de se efetivar medidas compensatórias seia pela elevação de alíquotas de outros tributos ou setores ou redução dos gastos públicos.

Assim, a economia paraense por ser caracterizada como primária exportadora, onde os produtos internamente produzidos estão no início das cadeias produtivas, as desonerações tributárias são fundamentais para a manutenção não só dos empreendimentos já existentes, mas também como variável de atração para a instalação de novas atividades produtivas que num primeiro momento eleve o nível de emprego e de renda e posteriormente permita a elevação das receitas tributárias.

Dessa forma o Poder Executivo Estadual entende que, as características da economia paraense, não permitem uma elevação excessiva de impostos que permitam a compensação dos valores tributários renunciados, restando assim, para a manutenção do equilíbrio fiscal, além da racionalização dos gastos públicos, a execução de ações nas áreas de fiscalização e arrecadação que permitam diminuir o nível de evasão tributária e consequentemente crescimento do nível de arrecadação.

Dessa forma, para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias que norteará o orçamento para o exercício de 2009, os valores projetados de receita e despesa já contemplam as medidas compensatórias de renúncia tributária tanto do lado das receitas quanto do lado dos gastos, sempre com o intuito de manter o equilíbrio fiscal das contas públicas estaduais.

Assim, em 2009, o Tesouro Estadual promoverá uma desoneração tributária de R\$ 646 milhões, sendo que 92,03% desse total refere-se à renúncia do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. No âmbito da renúncia via permissão do Conselho de Política Fazendária - CONFAZ, as atividades vinculadas ao extrativismo mineral serão as mais beneficiadas, registrando uma redução tributária de R\$ 159 milhões, enquanto pelo lado dos incentivos fiscais, o setor industrial paraense deixará de recolher ao tesouro estadual cerca de R\$ 267,3 milhões.

ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS **DE CARÁTER CONTINUADO**

2009	
LRF, art. 4°, § 2°, Inciso V	Em milhares
EVENTO	VALOR
Aumento permanente de Receita	726.246
(-) Aumento Referente a Transferências	
Constitucionais aos Municípios	118.435
(-) Aumento Referente a Transferências ao FUNDEB	191.683
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	416.128
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III = I+II)	416.128
Saldo Utilizado da Margem de Expensão das DOCC (IV)	416.128
NOVAS DOCC	416.128
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	((

Fonte: SEFA/SEPOF

Nota: Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC)

A exigência da estimativa das Metas Fiscais pela Lei de Responsabilidade Fiscal na LDO assegura que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado deve ser criada sem a devida fonte de financiamento para sua integral cobertura e assiduidade

O art. 17 da Lei Complementar n.º 101, de 2000 (LRF), considera despesa obrigatória de caráter continuado aquela de natureza corrente, derivada de lei, medida provisória ou atos administrativos normativos e fixa para o Estado a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois

No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, foi considerado como estimativa de acréscimo de receita, o crescimento da atividade econômica refletido principalmente, na arrecadação das receitas tributárias, com destaque para o ICMS. Nessa apuração foi aplicada a taxa de crescimento estimado para o PIB do Estado, período 2009, de 5,20%, e a